

Livros

Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*

de Marcelo Ridenti

Cartografia das utopias. O “povo” brasileiro entre passado e futuro

**Mapping of utopias. The Brazilian “people” between past and
future**

por Fabio Mascaro Querido**

Originalmente publicado em 2000, pela editora Record, o livro *Em busca do povo brasileiro*, de Marcelo Ridenti, transformou-se desde logo em um texto indispensável para todos os estudiosos e interessados em geral na produção cultural de esquerda entre o fim da década de 1950 e meados dos anos 1980. Período que compreende a radicalização política e cultural, passando pelo golpe de 64 e pelo AI-5 em 68, até o início do processo de redemocratização. Com este livro, Ridenti consolidou-se, à época, como um dos mais importantes historiadores da esquerda brasileira. Após a publicação de *Em busca*, praticamente não há pesquisas sobre essa época sombria da vida social, política e cultural brasileira que não dialogam, direta ou indiretamente, com os trabalhos de Ridenti. Assim, é com a mais profunda satisfação que se celebra a recente reedição, pela editora da Unesp, de *Em busca* – revisada,

* São Paulo: Unesp, 2014. 2ª edição revista e ampliada.

** Doutorando em Sociologia pela Unicamp, com parte do doutoramento em realização na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Bolsista FAPESP.
End. eletrônico: fabiomascaro@yahoo.com.br

ampliada e acompanhada de um novo posfácio do próprio autor, exatamente quando se completam os 50 anos do golpe militar, tempo, portanto, de se rememorar esse fatídico acontecimento da história brasileira à luz daqueles que ousaram apostar em uma outra via possível do desenvolvimento nacional. Sem memória do passado, como insistia Walter Benjamin, não há luta possível por um presente e um futuro diferentes.

Trabalho monumental tanto por sua amplitude temática quanto pela abordagem interpretativa do autor, *Em busca* constitui-se como uma espécie de cartografia de parte relevante da produção cultural brasileira de esquerda entre 1958 e 1984. O objetivo principal do livro é a apreensão dos “imaginários e as ações dos artistas e intelectuais de esquerda” a partir do final da década de 1950, quando a questão da identidade nacional e política do povo é alçada ao centro das proposições artísticas da esquerda, à época hegemônica pelas concepções políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para Ridenti, a irrupção da categoria “povo” no imaginário das esquerdas brasileiras, “do combate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura” (p.8), pode ser compreendida como manifestação de um certo “romantismo revolucionário” (conforme a designação específica dada por Michael Löwy e Robert Sayre), que vigorou nos anos 1960 e início dos 1970, e no âmbito do qual a idealização das classes populares – do “homem do povo” supostamente não contaminado pela modernidade capitalista – servia não como forma de legitimação nostálgica de uma postura resignada, senão como combustível utópico para a luta por um outro futuro, frente ao qual o presente revelava-se insuportável e digno de ser abolido. A mirada ao passado significava, assim, um *desvio* por onde a crítica do presente se articulava às “imagens-de-desejo” de uma modernidade alternativa, capaz de superar o subdesenvolvimento e de, enfim, tornar possível a emergência de um homem efetivamente novo, por ora visualizado na figura idealizada do povo, que era motivado pela “utopia da integração do intelectual com o homem simples do povo” (p. 2). Por isso mesmo, tratava-se de um impulso socialmente enraizado nas classes médias, ou em uma parte da classe média – sobretudo artísticas e intelectuais – sensível ao processo de radicalização política e cultural que se abriu a partir do fim dos anos de 1950 no Brasil e no mundo, em especial com as lutas e revoluções de libertação nacional, como a revolução cubana de 1959, que encarnavam a esperança de um caminho original para o socialismo, na contramão do modelo stalinista.

A nova versão do “pensamento radical de classe média”, para retomar o termo de Antônio Candido, por seu perfil anti-mercantil e politicamente engajado à esquerda, matizava as teses (como a de Chico de Oliveira) e a história real (como se vê, aliás, hoje em dia) de que no Brasil, em geral, as classes médias

se “dessolidarizam” com as classes trabalhadoras da cidade ou do campo, preferindo-se aliar-se com os dominantes de turno.

Ridenti demonstra como esse processo vinculava-se diretamente à “hegemonia” do PCB no campo das artes e da cultura, entre o final da década de 1950 até o golpe de 1964, o que não deixava de ser um paradoxo, uma vez que, ao contrário dos artistas-militantes, a linha política do partido nada tinha de romântica e acreditava nas virtudes civilizatórias da modernização capitalista (e do celebrado desenvolvimento das forças produtivas). Sob a lupa dos artistas comunistas, a utopia do progresso “ligava-se à busca das raízes nacionais do povo”. Seria, sobretudo, após o golpe, quando a perspectiva política do PCB é posta em xeque, e em particular após 1968, com o avanço da repressão, que a atmosfera romântico-revolucionária se manifestaria na atuação política e cultural dos grupos comunistas dissidentes, tal como os adeptos da luta armada (guevaristas ou maoístas) e/ou os trotskistas. A cultura se constitui como um espaço privilegiado desse processo de reformulação ideológica e de crítica política do comunismo oficial. Esses grupos compartilhavam, segundo Ridenti, o mesmo clima romântico-revolucionário, que lhes impulsionou à radicalização do voluntarismo político.

Marcelo Ridenti se dedica também à análise de dois casos concretos de artistas que formaram parte dessa atmosfera cultural de esquerda, Chico Buarque e Caetano Veloso, em especial de suas obras literárias (*Benjamin* no caso do primeiro, *Verdade Tropical* em se tratando do segundo). Para Ridenti, malgrado sua dimensão modernizante, o tropicalismo de que se alimentava Caetano não significava uma ruptura com a cultura política de esquerda daqueles anos: ao contrário, era um dos seus desdobramentos possíveis, ao mesmo tempo em que já sinalizava as consequências do avanço da indústria cultural.

A partir dos anos 1970, aos artistas e intelectuais de esquerda não restava senão a alternativa entre aproximar-se dos movimentos sociais e populares, muitos dos quais estariam na base da formação do *Partido dos Trabalhadores*, ou, o que acabou sendo a opção mais usual (e para alguns “inevitável”), integrar-se à indústria cultural emergente, na qual não lhes faltava espaço e, inclusive, algum espaço de manobra, uma “brecha”, como disse Dias Gomes (p.291), defendendo a participação de intelectuais de esquerda na televisão. Mas, aos olhos de Ridenti, se no início o PT constituiu-se em um polo de atração em torno do qual se esboçou uma “contra-hegemonia política e cultural” (p.284), em contraposição ao modelo dominante do “progresso”, a partir de 1989, com a vitória de Collor sobre Lula e, no plano internacional, com a queda do Muro, o élan se rompe definitivamente. Completa-se a transformação da “utopia” nacional-popular dos anos de 1960 na “ideologia” do “vanguardismo

nacional-popular de mercado”, segundo afirma o autor, baseando-se na distinção manheimniana entre ideologia e utopia (reinterpretada por Löwy).

Ao analisar esse conjunto bastante heterogêneo de relações entre artistas, intelectuais e política, entre 1958 e o início da década de 1980, agrupando-as em uma mesma atmosfera romântico-revolucionária, Marcelo Ridenti restitui a importância histórica dessas manifestações, sem desmerecê-las sumariamente em nome de sua vinculação à política nacional-populista do PCB. Destacando a atmosfera (romântico-revolucionária) comum à esquerda artística da época, Ridenti dissolve a oposição formalista entre engajamento político-pedagógico (CPC) e vanguardismo estético (tropicalismo), buscando compreendê-los à luz do seu horizonte histórico e social comum, marcado por uma radicalização à esquerda dos temas vinculados à identidade nacional.

Mas, se lhe serve como instrumento para uma compreensão ampla do clima político-cultural da esquerda da época, a utilização da noção de romantismo revolucionário, por Marcelo Ridenti, não está isenta de questionamento. Tal como o conceito formulado de Michael Löwy e de Robert Sayre, o emprego do conceito de romantismo (em sua versão revolucionária), por Ridenti, se no geral é coerente, peca ora pela generalidade ora pela seletividade. Ao mesmo tempo em que designa uma visão de mundo que perpassa as mais diferentes manifestações culturais, a nebulosa romântica seria portadora de um conjunto de características específicas que, quando não se encontram reunidas em um mesmo fenômeno típico-ideal, podem ser visualizadas isoladamente no interior de outras visões de mundo, o que permite enxergar ao menos uma “dimensão” romântica em ocorrências histórico-culturais das mais diversas. No caso do romantismo-revolucionário à brasileira, analisado por Ridenti, é essa elasticidade do conceito que permite agregar em uma mesma designação perspectivas tão diferentes como o nacional-popular dos artistas do PCB, o internacionalismo radical – e o vanguardismo estético – dos trotskistas, e o modernismo que já flertava com a indústria cultural dos tropicalistas, na figura de Caetano Veloso.

Redigido originalmente no final da década de 1990, o livro carrega as marcas de um certo sentimento da derrota. Embora reitere a importância do PT, que possibilitou a reemergência das esperanças, a ótica do ensaio é atravessada pela sensação de um vácuo deixado pelo esgotamento do ciclo das utopias nacional-populares – no bojo do esgotamento das condições de possibilidade do modernismo, conforme a análise de Perry Anderson. No limite, o surgimento do PT seria parte desse novo ciclo, no qual o nacional-popular se veria rebaixado, no imaginário da esquerda, à condição de apêndice do populismo.

Seja como for, trata-se de um livro que, na perspectiva de uma sociologia marxista da cultura, rememora as grandezas e os limites de um capítulo

fundamental das utopias dos oprimidos à brasileira, que, se foram vencidas, ao menos nos deixam um exemplo de tenacidade militante, ainda hoje necessária para a reconstrução de novas utopias para o presente e o futuro. Em um momento caracterizado pelo colapso das estratégias dominantes de modernização, a capacidade de “imaginar” uma modernidade alternativa possível constitui ainda um dos grandes desafios para a esquerda (política e cultural) anticapitalista contemporânea.